




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Território e Gestão de políticas públicas: uma reflexão sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional em Santa Catarina Título Português

Territory and public policy management: a reflection on the expansion of the Federal Professional Education Network in Santa Catarina

Emerson José Soares, IFSC, esoares@ifsc.edu.br

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza, UTFPR, malumeza@utfpr.edu.br

RESUMO

A recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil e em Santa Catarina trouxe consigo diversas transformações espaciais e regionais que são passíveis de uma análise mais rigorosa sobre seus efeitos em termos de desenvolvimento social, cultural e econômico. O presente artigo tem por objetivo trazer à tona a discussão sobre a importância do reconhecimento territorial e como seus contextos traduzem-se nas diferentes formas de relacionamento da população com as instituições públicas de ensino profissionalizante. Quanto aos fins a pesquisa é aplicada e qualitativa; e quanto aos meios é documental e bibliográfica. Como resultados foi possível verificar como ocorreu o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional em Santa Catarina e suas implicações acerca do desenvolvimento territorial e isso resultou na percepção de que houve um avanço nesta questão. A pesquisa contribui no sentido de demonstrar que o processo de implementação de instituições de ensino profissionalizantes contribui para o desenvolvimento territorial na medida em que se insere adequadamente no contexto socioeconômico regional.

Palavras Chave: Rede Federal de Educação Profissional; Expansão; Território.

ABSTRACT

The recent expansion of the Federal Network of Professional Education in Brazil and in Santa Catarina brought with it several spatial and regional transformations that are capable of a more rigorous analysis of its effects in terms of social, cultural and economic development. This article aims to bring up the discussion about the importance of territorial recognition and how their contexts translate into the different forms of relationship of the population with public institutions of professional education. As for the purposes, the research is applied and qualitative; And as to the means it is documentary and bibliographical. As results it was possible to verify how the process of expansion of the Federal Network of Professional Education in Santa Catarina and its implications on the territorial development occurred and this resulted in the perception that there was an advance in this issue. The research contributes to demonstrate that the process of implementation of professional education institutions contributes to territorial development insofar as it is appropriately inserted in the regional socioeconomic context.

Keywords: Federal Professional Education Network; Expansion; Territory.

INTRODUÇÃO

A recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil trouxe consigo diversas transformações espaciais e regionais que são passíveis de uma análise mais rigorosa sobre seus efeitos em termos de desenvolvimento social, cultural e econômico. A territorialização das atividades educacionais tem sido utilizada ultimamente de uma forma meramente administrativa e política, negligenciando o seu verdadeiro potencial para a identificação de situações que contribuam para a superação dos desafios existentes para o desenvolvimento tecnológico do país. “Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (Abramovay, 2002).

Theis, Galvão (2012) argumentam que a reflexão acerca da aplicação do conceito de território deve existir em conjunto com as estratégias de desenvolvimento regional, pois as ações decorrentes em favor da população podem ganhar mais efetividade e eficácia quando atreladas aos lugares onde os problemas se manifestam.

A análise territorial é um processo de coleta sistemática de dados que informarão sobre as características e as relações espaciais de uma população e a região na qual está inserida. Assim, a importância do reconhecimento territorial e seus contextos traduzem-se nas diferentes formas de relacionamento da população com as instituições públicas. Desta forma, qualquer intervenção que se faça sob a ótica do planejamento estratégico regional sustentável e que resulte em benefício para o público é benéfica.

A lei 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica, estipula que um dos objetivos das instituições pertencentes à Rede Federal é contribuir para o desenvolvimento local e regional por intermédio das ofertas de cursos técnicos, tecnológicos, profissionalizantes e estimular o desenvolvimento de pesquisa aplicada, com o objetivo de consolidar e fortalecer os arranjos produtivos locais. Para que isto seja possível é necessário que as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região estejam de acordo com as características das ações planejadas em cada instituição.

Bacelar (2000, p.22), argumenta que a redução das desigualdades sociais deve ser um dos objetivos do desenvolvimento regional:

“A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha a sua subsistência”.

À luz dessas considerações, este artigo aborda duas situações: a primeira é investigar quais os critérios que foram adotados pelo Governo Federal para realizar a expansão dos Institutos Federais em Santa Catarina, considerando o contexto socioeconômico regional existente. A segunda é investigar como a questão territorial de Santa Catarina foi observada para o atendimento da legislação pertinente.

A justificativa para a pesquisa desenvolvida está na importância que a dimensão territorial representa para o desenvolvimento econômico de um país. De acordo com Souza, Xavier (2010),

ao apresentar a possibilidade de pensar o desenvolvimento territorial a partir da difusão científica e tecnológica espera-se que os atores políticos e sociais possam se articular com maior propriedade para garantir a efetiva inclusão social aliada à sustentabilidade ambiental. Observar o caráter espacial da relação existente entre a educação e o desenvolvimento territorial conduz à reflexão sobre como a educação pode se tornar um instrumento de desenvolvimento de estratégias territoriais com competência para elaborar alternativas e possibilidades que agreguem valor aos processos, principalmente no que se refere a sua articulação com os arranjos produtivos locais. Pois o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica apresenta a questão do desenvolvimento territorial como uma variável a ser observada para a definição das cidades a serem contempladas com um câmpus pertencente à Rede.

Este artigo está estruturado em cinco tópicos. O primeiro trata da introdução; o segundo tópico é o referencial teórico, no qual se fazem as considerações sobre o histórico recente da Rede Federal de Educação Profissional e as fases de seu processo de expansão, além de apresentar a contribuição de alguns autores sobre o tema desenvolvido neste artigo. O terceiro tópico apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho. O quarto tópico ilustra os resultados encontrados e discute sobre os possíveis desdobramentos e no quinto tópico são apresentadas as conclusões e algumas propostas para futuros trabalhos em relação ao tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O primeiro mandato de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi marcado pela aprovação de um plano estratégico de desenvolvimento da educação profissional, o Plano Nacional de Qualificação. Este plano foi estruturado com base em três objetivos:

- a) Inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- b) Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais;
- c) Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Em 2005 ocorre a publicação da Lei 11.195, que determina a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de cerca de 60 novas unidades de ensino profissionalizante por todo o país.

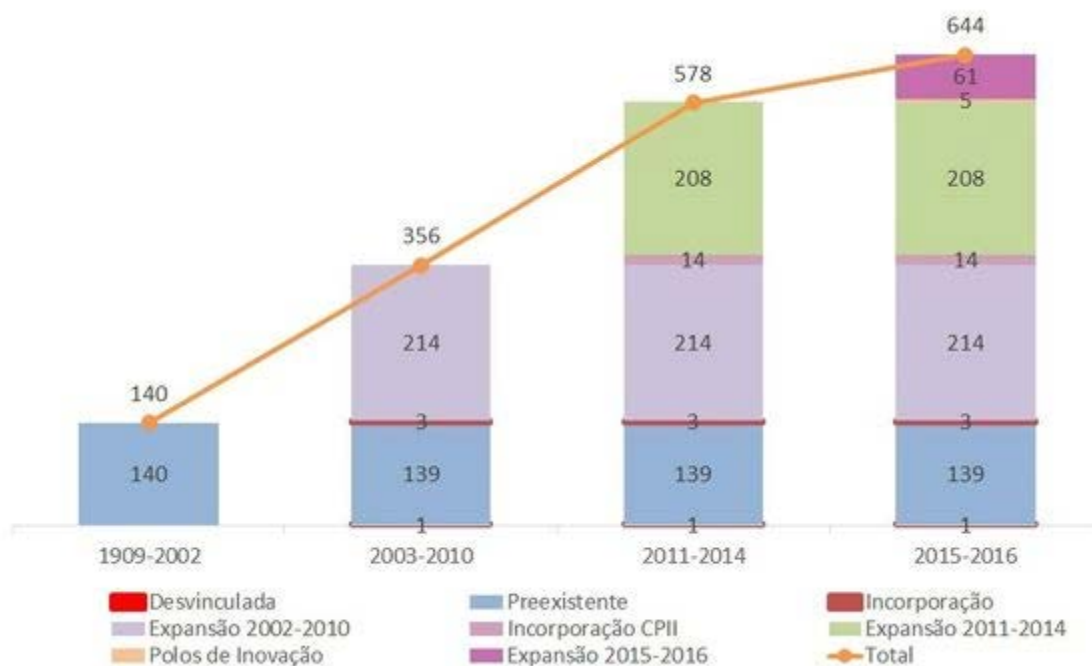
Em 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, realizou diversas conferências por todo o país e que culminaram com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica em novembro do mesmo ano. Esta conferência foi a primeira do gênero que o Ministério da Educação realizou com o objetivo específico de promover um amplo debate para a definição de uma política nacional para a educação profissionalizante no Brasil.

Em 2007 ocorre a publicação da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a meta de atingir 150 novas unidades de ensino profissionalizante até ao final de 2010.

Em 2008 ocorre a publicação da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, a institucionalização do compromisso das escolas pertencentes à Rede Federal estarem inseridas nos seus contextos regionais é realizada. Vários incisos da referida lei reforçam este argumento: os incisos I, II e IV, por exemplo, destacam que a oferta e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica devem ter vistas “na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Além de “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. Desta forma, percebe-se o papel dos Institutos Federais no cenário de desenvolvimento socioeconômico e cultural através dos diversos níveis de territorialidade existentes. A terceira fase do Plano de Expansão tem início em 2013.

A Rede Federal entre os anos de 2003 e 2016 concretizou a construção de mais de 500 unidades, totalizando 644 câmpus pertencentes à Rede em funcionamento. Ao todo são 38 Institutos Federais distribuídos em todos os estados. O Gráfico 1 ilustra o crescimento da Rede Federal ao longo da sua existência.

Gráfico 1: Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica até 2016



Fonte: MEC/SETEC (2016)

A Rede Federal é formada também por instituições federais não vinculadas aos Institutos Federais. São elas: 2 CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. A construção das novas unidades escolares foi baseada em vários critérios técnicos que levaram em consideração, dentre estes, os arranjos produtivos locais e a quantidade de habitantes que a cidade ou região possuía.

Em linhas gerais, os Institutos Federais possuem a missão de promover, mediante ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, uma educação de qualidade social, contribuindo para o crescimento socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e o setor produtivo.

Na região sul do país, o estado de Santa Catarina conta atualmente com 39 câmpus pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, distribuídos entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. A expansão da Rede Federal e a sua divisão em dois Institutos Federais serão apresentadas no tópico seguinte.

A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM SANTA CATARINA

Antes do início da expansão iniciada em 2005, o estado de Santa Catarina contava com oito unidades pertencentes à Rede Federal: duas localizadas na região da Grande Florianópolis, duas na região do Vale do Itajaí, duas na região norte, uma na região sul e uma na região oeste.

A Fase 1 da expansão foi caracterizada pela preocupação do Governo Federal com a espacialização equilibrada dos novos câmpus de maneira a atender todo o território nacional. No âmbito estadual, em Santa Catarina, foram atendidas as regiões mais afastadas da capital e objeto de análise deste artigo.

A Fase 2 da expansão foi caracterizada pelo atendimento dos arranjos produtivos locais. No Brasil foram selecionadas cento e cinquenta cidades polos para receber novos câmpus. Em Santa Catarina foram instalados sete câmpus distribuídos em função do atendimento aos perfis dos arranjos produtivos locais.

A Fase 3 da expansão foi lançada em agosto de 2011 e possibilitou a instalação de mais onze câmpus, sendo parte deles já iniciados nas tratativas da Fase 2 da expansão e ao final de 2014, o estado de Santa Catarina passou a contar com 37 câmpus, sendo 22 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e 15 do Instituto Federal Catarinense. Atualmente, a configuração organizacional do IFSC abrange uma reitoria, localizada em Florianópolis e 22 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul-Rau, Lages, São José, Palhoça, São Carlos, São Miguel do Oeste e seu câmpus avançado São Lourenço do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê.

O Instituto Federal Catarinense possui atualmente 15 câmpus, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

Vale ressaltar que a Lei 11.892/08 organizou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica através de dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, com sua reitoria localizada em Florianópolis e que foi constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina e o Instituto Federal Catarinense, com sua reitoria localizada em Blumenau e que foi constituído a partir da junção dos Colégios Agrícolas Federais.

A QUESTÃO TERRITORIAL

Observar o território como sendo meramente o espaço onde a sociedade interage e se desenvolve é realizar uma abordagem superficial sobre o tema quando este conceito está articulado com a gestão de políticas públicas. Assim, inicialmente, será analisado o conceito de território dentro dos vários campos de investigação teórica existentes para subsidiar a análise posterior do contexto em Santa Catarina.

Para Santos e Silveira (2010), território deve ser visto como unidade e diversidade, e é uma questão central da história humana de cada país, constituindo-se o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. O território cria necessidades de formação de pessoas nos lugares. É trazido o conceito de território pela sociedade, que de maneira geral, impõe sua lógica à dinâmica educacional nos diversos níveis de ensino e existe uma relação biunívoca entre educação e território: a educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional.

Sposati (2008) afirma que o território não pode ser visto apenas como um mero perímetro de uma área física, nem muito menos um terreno no sentido de uma dimensão de terra. É necessário que se estabeleça a dinâmica do conceito. Ela ressalta que território não é sinônimo de gueto, segregação. Território é mobilidade, movimento, espaço de possibilidades.

Para Koga, Nakano (2005), a formação territorial brasileira por si só comporta diversas classificações, constituídas de diversificados contextos políticos, econômicos e culturais que variam de uma cidade para outra, especialmente no que diz respeito ao porte. Nas cidades de pequeno porte sua vinculação rural implica um destaque no que diz respeito à implementação dos programas e projetos, “atender às demandas dessas populações exigem respostas adequadas às peculiaridades desse mundo rural diversificado e suas expectativas, que podem ter contornos diferentes daqueles pensados para o mundo urbano”.

Foi a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que os conselhos de desenvolvimento rural ganharam força política ao final dos anos de 1990 e que, novamente, subvertidos pelos interesses dos grupos políticos hegemônicos locais, iniciaram um processo que Jara (1998) denominou de “prefeiturização”.

Diante dessa realidade, a partir de 2003 o Governo Federal optou por redefinir o recorte das arenas deliberativas locais e, assim, “os Territórios ‘despertavam’ como um espaço intermediário entre os municípios e os estados, possibilitando a participação da sociedade civil vinculado à agricultura familiar nas decisões de desenvolvimento” (Grisa, Schneider, 2015). Nesse sentido, os chamados “Territórios de Identidade” foram definidos levando-se em conta um conjunto objetivo de critérios e os colegiados participativos paritários foram compostos por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipal. Com esse novo arranjo, procurava-se superar os paradoxos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rurais anteriormente criados, ampliar o seu escopo e aprofundar o caráter participativo dos agricultores familiares na gestão dessas políticas. Esse processo de inovação institucional culminaria na criação do Programa Territórios da Cidadania em 2008, ligado à Casa Civil da Presidência da República, que articulava 22 ministérios, visando apoiar de maneira emergencial e com ações mais articuladas os territórios rurais economicamente mais fragilizados (Delgado, Leite, 2015). Santa Catarina possui duas regiões classificadas pelo Governo Federal como Territórios da Cidadania: o planalto norte e do

meio oeste do Contestado. Este programa foi criado via decreto em 2008 com o objetivo de contribuir para a superação da pobreza e das desigualdades sociais.

Lobato (1997), embora fazendo uma abordagem acerca da formulação de políticas públicas sobre a dicotomia corporativismo-clientelismo, traz à reflexão a maneira como os agentes hegemônicos de cada região se articulam para conseguir benefícios que atendam aos interesses sociais, econômicos e políticos através do estabelecimento de padrões de relacionamento com o Estado.

Porém, Theis e Galvão (2012) alertam para o fato de que existe uma dimensão presente no conceito de território que precisa ser devidamente enfatizada: a política. Dessa forma, não basta ter mapeamentos, ranking de pobreza ou de exclusão social das cidades brasileiras para se afirmar que as políticas públicas são pensadas territorialmente, ou que o território é certamente uma questão central de ação. Tais diagnósticos são apenas o ponto de partida para a apropriação das situações por eles evidenciadas e nesta perspectiva torna-se importante trazer à tona a inversão da lógica do atendimento das demandas sociais. A proposta deve ser baseada na dinâmica sócio-territorial que constitui as cidades brasileiras e suas relações com os agentes hegemônicos.

Desta forma, a necessidade em se discutir a questão territorial e sua identidade deve ser cada vez mais presente nos debates acadêmicos e governamentais envolvendo políticas públicas devido à sua importância nos processos de ação coletiva que buscam o desenvolvimento sustentável. Souza, Xavier (2010) reforçam que o estabelecimento de uma relação entre educação e desenvolvimento territorial demanda a compreensão de como as instituições de ciência e tecnologia se inserem na dinâmica sócio-territorial.

METODOLOGIA DE PESQUISA

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa configura-se como um estudo aplicado e qualitativo. Aplicado devido à geração do conhecimento possibilitar a condução de um processo reflexivo sobre o tema e qualitativo devido à análise desenvolvida sobre os dados disponibilizados resultar em uma análise que consiga atingir os objetivos propostos inicialmente. A pesquisa ainda pode ser caracterizada sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos como sendo uma análise documental e bibliográfica.

Martins, Theóphilo (2009) observam que uma pesquisa bibliográfica utilizada como estratégia para a construção de uma base teórica de estudo busca conhecer, analisar e explicar cada contribuição sobre determinado tema através de referências publicadas em periódicos, livros, revistas, sites, entre outros. Sobre a pesquisa documental, observam que “é uma característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”.

Matias Pereira (2010) define que a metodologia de pesquisa é “o estudo dos métodos e sua finalidade é ajudar o pesquisador em termos mais amplos possíveis o processo de investigação científica”. Portanto, ao desenvolver este trabalho, utilizou-se um tratamento metodológico que apresenta um resultado racional e sistemático capaz de conduzir à reflexão sobre a questão territorial através do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado de Santa Catarina.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, através de uma pesquisa bibliográfica, foram levantados textos sobre a história da criação e do desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sobre os Territórios da Cidadania no Brasil e em Santa Catarina e sobre os dados socioeconômicos do estado. O objetivo desta tarefa foi identificar quais as metodologias e os critérios que o Governo Federal utilizou para a elaboração de suas diretrizes de implementação dos câmpus nas cidades catarinenses e a sua relação com as diretrizes existentes na legislação sobre Territórios da Cidadania em função das características socioeconômicas de cada mesorregião do estado.

Após este levantamento, foi realizada uma análise dos conteúdos dos relatórios do Tribunal de Contas da União referentes ao período compreendido durante as três fases do processo de expansão. A técnica utilizada para o desenvolvimento desta análise de conteúdo foi a proposta por Bardin (1994), que utiliza um método dividido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A partir desta análise, foram destacados os critérios de escolha dos locais de instalação dos novos câmpus em Santa Catarina para cada fase do processo. Finalmente, com as informações levantadas, comparou-se os critérios utilizados na escolha da implementação dos câmpus com as legislações e os dados observados nesta pesquisa.

AMOSTRA DE PESQUISA

Em nível nacional, o Tribunal de Contas da União (2012) organizou um quadro explicativo resumindo os critérios utilizados em cada uma das fases da expansão. O Quadro 1 apresenta este quadro explicativo:

Quadro 1: Critérios de escolha dos lugares dos novos câmpus por fase de expansão

Fase da Expansão	Critérios
<p>Fase 1 (2005 a 2007)</p>	<p>a)- Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em nível local e regional;</p> <p>b)- Importância do município para a microrregião da qual faz parte;</p> <p>c)- Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico;</p> <p>d)- Existência de potenciais parcerias para a implantação de futura unidade;</p> <p>e)- Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: 1)- estar localizado em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; 2)- estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; 3)- nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.</p>
<p>Fase 2 (2007/2010)</p>	<p>a)- Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos câmpus);</p> <p>b)- Cobertura do maior número possível de mesorregiões;</p> <p>c)- Sintonia com os arranjos produtivos locais;</p> <p>d)- Aproveitamento de infraestrutura física existente;</p> <p>e)- Identificação de potenciais parcerias.</p>
<p>Fase 3 (2011/atual)</p>	<p>a)- População dos Estados em relação à população total do Brasil;</p> <p>b)- Presença das redes federal e estadual de educação profissional e tecnológica nos Estados;</p> <p>c)- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de cada Estado;</p> <p>d)- Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental em relação à população jovem do Estado;</p> <p>e)- Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.</p>

Fonte: Tribunal de Contas da União (2012)

A distribuição atual dos câmpus da Rede Federal de Educação Tecnológica em Santa Catarina nas cidades e mesorregiões do estado é apresentada no Quadro 2:

Quadro 2: Relação dos municípios atendidos pela Rede Federal e suas localizações

Instituição/Cidade atendida/Mesorregião			
IFSC		IFC	
Araranguá, Criciúma, Tubarão.	Sul Catarinense	Santa Rosa do Sul, Sombrio.	Sul Catarinense
Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Xanxerê.	Oeste Catarinense	Abelardo Luz, Concórdia, Fraiburgo, Luzerna, Videira.	Oeste Catarinense
Canoinhas, Joinville, Jaraguá do Sul.	Norte Catarinense	Araquari, São Bento do Sul, São Francisco do Sul.	Norte Catarinense
Lages, Urupema.	Serrana	Não possui câmpus	Serrana
Gaspar, Itajaí.	Vale do Itajaí	Blumenau, Brusque, Camboriú, Ibirama, Rio do Sul.	Vale do Itajaí
Florianópolis, Garopaba, Palhoça, São José.	Grande Florianópolis	Não possui câmpus	Grande Florianópolis

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

O Quadro 3 apresenta a configuração dos arranjos produtivos locais nas cidades e mesorregiões com câmpus da Rede Federal:

Quadro 3: APL's das mesorregiões com câmpus da Rede Federal

Mesorregião	Cidades com Câmpus da Rede	Arranjos Produtivos Locais
Norte Catarinense	Canoinhas, São Bento do Sul, Araquari, Joinville, Jaraguá do Sul.	Erva mate, metal mecânico, têxtil, confecção, alimentos, móveis, transformados de plástico, informática, turismo de eventos, floricultura.
Sul Catarinense	Tubarão, Criciúma, Araranguá, Sombrio, Santa Rosa do Sul.	Arroz, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, confecção, transformados de plástico, couro, calçados.
Vale do Itajaí	Itajaí, Gaspar, Blumenau, Brusque, Camboriú, Ibirama, Rio do Sul.	Arroz, cerveja artesanal, confecções, têxtil, cerâmica vermelha, malacocultura, piscicultura, móveis de madeira, metal mecânico, couro, calçados, química, informática.
Serrana	Urupema, Lages.	Fruticultura, leite, madeira, turismo de interior, vinhos de altitude e fruticultura temperada, alimentos.
Oeste Catarinense	Xanxerê, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste, São Carlos, Chapecó, Caçador, Videira, Concórdia, Luzerna, Abelardo Luz.	Leite, metal mecânico, móveis, suinocultura, apicultura, fruticultura, vinhos de altitude, alimentos, transportes.
Grande Florianópolis.	Florianópolis, São José, Garopaba, Palhoça.	Turismo, informática, aquicultura.

Fonte: Câmara de Arranjos Produtivos e Redes de Empresas/MDIC (2015)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

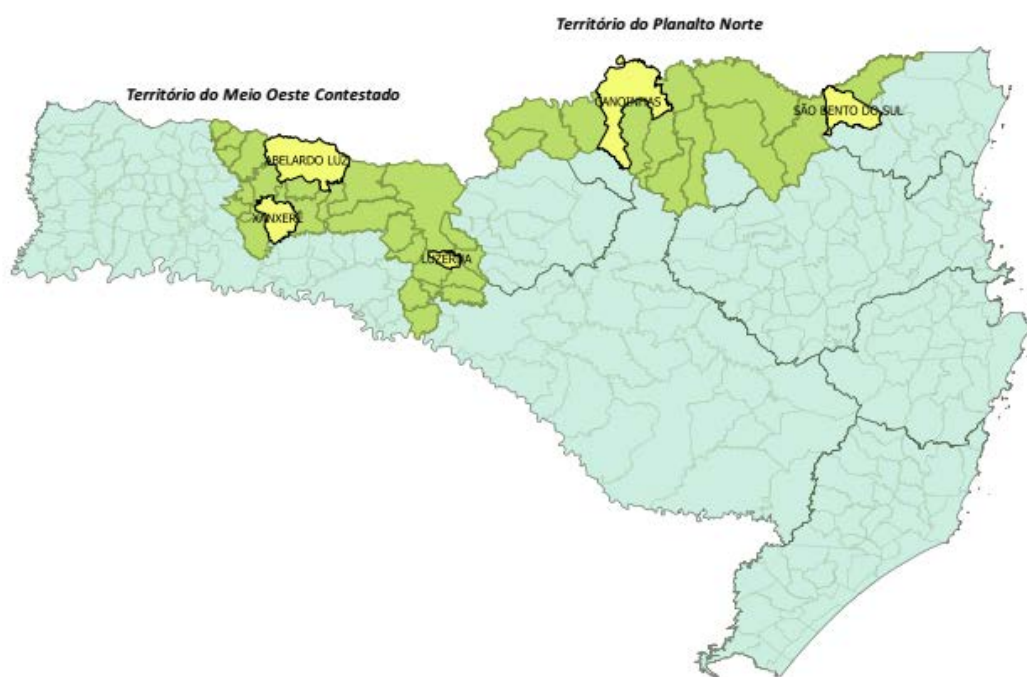
Observando os critérios estipulados para a Fase 1 do Plano de Expansão, pode-se afirmar que eles foram atendidos. A implantação de novas instituições de ensino localizadas em regiões desamparadas em oferta pública de educação profissional e tecnológica, tais como Lages, Videira e Canoinhas, por exemplo, possibilitou, além da oportunidade da oferta da educação profissional a uma parcela da população que até então não tinha acesso a esta forma de qualificação profissional, oportunizar o desenvolvimento socioeconômico regional através da proximidade com os arranjos produtivos locais instalados e em desenvolvimento. Assim, ao final desta fase do Plano de Expansão, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina contava com 22 câmpus instalados nas seguintes cidades: Araquari, Araranguá, Camboriú, Concórdia, Chapecó, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, Florianópolis, Jaraguá do Sul, São José, Ibirama, Luzerna, Videira, Caçador, Canoinhas, Criciúma, Florianópolis-Continente, Gaspar, Jaraguá do Sul-Rau, Joinville, Lages, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê.

A Fase 2 do Plano de Expansão em Santa Catarina foi caracterizada pela implementação de 7 câmpus pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesta fase foram instalados câmpus nas cidades de Blumenau, Fraiburgo, São Francisco do Sul, Garopaba, Itajaí, Palhoça, São Carlos. Percebe-se a partir desta fase uma preocupação em distribuir os novos câmpus observando um equilíbrio territorial através do atendimento do maior número possível de mesorregiões atendidas.

A Fase 3 do Plano de Expansão ocorreu de maneira simultânea com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o PRONATEC. Nesta fase foram instalados câmpus nas cidades de Abelardo Luz, Brusque, Sombrio, São Lourenço do Oeste e Tubarão. Os Relatórios de Gestão do ano de 2015 das duas instituições (IFC, IFSC, 2016) apresentam, somando os dados, que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possuía um total de 40.953 matrículas. Comparando com os dados apresentados nos Relatórios de Gestão do ano de 2010 (IFC, IFSC, 2011), as duas instituições apresentavam, somando os dados, 16.564 matrículas. O crescimento no número de matrículas em cinco anos foi de 247%.

Observou-se que entre as 50 cidades mais populosas de Santa Catarina (IBGE, 2015), 26 receberam câmpus da Rede Federal: Araquari, Sombrio, Fraiburgo, São Miguel do Oeste, São Francisco do Sul, Xanxerê, Videira, Canoinhas, Gaspar, Rio do Sul, Araranguá, Camboriú, Concórdia, Caçador, São Bento do Sul, Tubarão, Brusque, Palhoça, Jaraguá do Sul, Lages, Itajaí, Chapecó, Criciúma, São José, Florianópolis e Joinville. A Figura 1 ilustra a atual distribuição das cidades com câmpus pertencentes à Rede Federal nas respectivas mesorregiões.

Figura 2: Territórios da Cidadania em Santa Catarina



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se, a partir da Figura 2, que existem 5 câmpus pertencentes à Rede Federal localizados dentro dos Territórios da Cidadania. De acordo com dados do IBGE (IBGE, 2015), a população total atendida pelos câmpus da Rede Federal nestas cidades é de 194.394 habitantes, o que corresponde a 31% da população total dos dois territórios.

CONCLUSÃO

Pacheco (2011), afirma que o território de abrangência das ações de um Instituto Federal é, em resumo, a mesorregião onde este se localiza, mas pode ir além dela quando se concebe sua atuação em rede. Bacelar (2000) acrescenta que uma política de desenvolvimento regional deve ter entre seus objetivos fundamentais a redução das desigualdades regionais que se traduzem, muitas vezes, em diferentes oportunidades de emprego produtivo.

Os Institutos Federais, através de sua nova proposta de gestão escolar, voltada para as realidades regional e local, podem atender à população com cursos profissionalizantes voltados para a realidade do setor produtivo local e desenvolver competências que capacitem o cidadão para o pleno exercício de sua cidadania. A educação profissional pode estar conectada aos objetivos de educação da nação e não apenas colocar no mercado de trabalho uma mão de obra qualificada, mas desenvolver o espírito de igualdade social e econômica através de uma formação profissional que extrapole o projeto pedagógico de um curso e forme indivíduos conscientes de seu papel na sociedade. Porém, observar que uma escola, seja de que nível for, é da comunidade em que está

inserida e estar aberta à população é primordial para que seja vista pelos cidadãos como espaço público de organização e integração.

Além disto, o desenvolvimento econômico de uma região está, em muitos casos, atrelado ao aumento da qualificação profissional da mão de obra e que o aumento na qualificação profissional do trabalhador proporciona elevação nos índices sociais do país. Pois, ao se qualificar profissionalmente, o cidadão está aumentando suas oportunidades de emprego através do aumento do tempo de estudo. Amann e Baer (2012) ilustram estes dados, demonstrando como o aumento gradativo do tempo de estudo da população brasileira tem contribuído para seu desenvolvimento econômico.

Este artigo destacou como a expansão da Rede Federal elevou a contribuição desta no desenvolvimento socioeconômico e contribuiu para uma ordenação mais justa da oferta de educação profissional e tecnológica no interior de Santa Catarina. Pois, ao incluir locais historicamente postos à margem das políticas públicas voltadas para esta modalidade, tais como as cidades pertencentes aos Territórios da Cidadania estabeleceu-se, dentre outros benefícios, a afirmação do território como uma dimensão essencial a sua função e insere na pauta regimental dessas instituições o seu compromisso com desenvolvimento socioeconômico que percebe antes o seu "lôcus". Isto implica uma atuação permanentemente articulada e contextualizada da sua região de abrangência. Assim, ao trazer para a reflexão questões relativas à aplicação efetiva do conceito de território no contexto da recente expansão da educação profissional e tecnológica, amplia-se o debate sobre o desenvolvimento regional. A análise territorial demanda uma coleta permanente dos dados que informarão sobre as relações dinâmicas de uma população pertencente a um território, quais as vulnerabilidades sociais destas populações e como estabelecer ações de enfrentamento que consigam superar as dificuldades de cada localidade.

O devido entendimento por parte dos gestores públicos sobre como a política de expansão da Rede Federal e suas implicações no território, no desenvolvimento local e regional estão relacionadas é de fundamental importância para garantir a devida democratização do acesso à educação profissional no espaço brasileiro. Para o estado de Santa Catarina, a interiorização da educação profissional através da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi planejada e implementada para atingir este objetivo, mesmo que ainda careça de alguns avanços pontuais.

O presente artigo limitou-se a analisar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina e a sua relação com o conceito de território. Como sugestão para trabalhos futuros, pode-se ampliar a análise através da inclusão de outras instituições de ensino profissionalizantes existentes no estado, tornando, dessa forma, a pesquisa mais abrangente e representativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista Economia Aplicada, v. 04, n. 2, abril/junho 2000.
- AMANN, Edmund; BAER, Werner. **Brazil as an emerging economy: a new economic miracle?** Revista de Economia Política, v. 32, n. 3, p. 412-423, 2012.

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em 3 de setembro de 2016.
- BACELAR, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Observatório CMG/UPFE-MESC/UPDAM-FASE/ME, 2000.
- BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Dez. 2008.
- BRASIL, Ministério de Trabalho e Emprego. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Bases estatísticas RAIS/CAGED**. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/index.asp>. Acesso em 28 de agosto de 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394 de 1996**. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica. Painel de Controle do MEC – Câmpus dos Institutos Federais**. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/P>. Acesso em 30 de agosto de 2016.
- BRASIL, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em 27 de agosto de 2016.
- BRASIL, TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2015**. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em 13 de agosto de 2016.
- DELGADO, N.; LEITE, S. 2015, “O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural”. In GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sérgio (orgs.): Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados. 2015**. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVR016a3pPQT09>> . Acesso em 30 de agosto de 2016.
- GRISA, C. e SCHNEIDER, S. 2015, “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil”. In GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (orgs.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados. 2014**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 27 de agosto de 2016.

- JARA, C. 1998. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília, IICA; Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco.
- KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 85, p. 98-108, 2005.
- LOBATO, Lenaura. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas**. Revista de Administração Pública, v. 31, n. 1, p. 30-48, 1997.
- MARTINS, G. A.; THEÓPILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATIAS PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MOURA, Emanuel A. **Inserção dos Institutos Federais e o Desenvolvimento Local: um estudo de caso de Laranjal do Jari - AP. 51f**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 1ª Ed. Brasília. Editora Moderna. 2011.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2010.
- SOUZA, Heron Ferreira; XAVIER, A. de S. **Desenvolvimento, territorialidade e sustentabilidade: análise propositiva à dinâmica territorial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Anais... Belo Horizonte: CEFET-MG, 2010.
- SPOSATI, A. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil**. XII Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 – 7 nov. 2008.
- THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. F. **A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 2, p. 55-69, 2013.